

Empresas operadoras do sector extractivo

ITIE desafia governo a publicar nomes dos accionistas

Por Arginaldo Nhampossa

Nos próximos três meses, Moçambique será submetido a uma nova avaliação pela Iniciativa de Transparência na Indústria extractiva (ITIE) que, à luz do novo padrão, passará a contemplar a obrigatoriedade da publicação, no cadastro mineiro, a lista dos nomes dos accionistas, quer sejam individuais ou colectivos, das empresas que se dedicam à exploração mineira e petrolífera no país.

Esta é uma questão que desde há muito era colocada na mesa de debate pelas organizações da sociedade civil, como sendo crucial para a promoção da transparência, como também exigem a publicação dos contratos na íntegra com as respectivas adendas, níveis de produção entre outros pontos que engrossam uma extensa lista.

Em 2012, Moçambique foi considerado país cumpridor dos padrões de transparência no âmbito do ITIE, depois de ter aderido a esta iniciativa em 2009, por considerá-la como um instrumento válido para avaliação de boa governação. As regras impõem que, de três em três anos, o país seja submetido a uma nova avaliação e para que se mantenha o estatuto de cumpridor, deverá satisfazer o novo padrão de requisitos, aprovado ano passado na sétima conferência global da ITIE.

Caso Moçambique seja novamente confirmado cumpridor deverá desenhar o roadmap, disponibilizando relatórios constantemente, para que, até 2020, passe a apre-

sentar informações sobre os accionistas das empresas.

O assunto está a levantar preocupação no seio das empresas e do governo porque temem que virão ao de cima ligações promíscuas existentes entre as partes.

Na reunião do comité de coordenação havida esta segunda-feira que congrega sociedade civil, empresas envolvidas da exploração juntamente com o governo, apenas a Kenmare procurou saber do funcionamento deste mecanismo, tendo as restantes se remetido ao silêncio.

Custódio Nguetana, coordenador nacional do ITIE, diz que o governo vai ter de estudar os mecanismos de implementação deste dispositivo por confrontar com a legislação nacional principalmente no que diz respeito às sociedades anónimas.

"Precisamos de fazer um levantamento da legislação para verificar o que já existe e o que não existe e conformar o padrão com a legislação. Todas as partes mostraram-se abertas a cumprir com a novas exigências", explicou.

Retirando esta exigência, Nguetana diz que o país está bem encaminhado rumo à reavaliação, pois até ao momento cumpre com publicação regular dos relatórios que já perfazem seis, sendo que o sétimo será publicado até o final deste ano e deverá conter os resultados da nova avaliação.

Nguetana, que é quadro do ministério dos Recursos Minerais e Energia, refere que o grande problema prende-se com a sustentabilidade da iniciativa porque o governo não dispõe de dinheiro para suportar os encargos da disseminação.

De acordo com o nosso interlocutor, o

governo precisa de um milhão de dólares para custear as despesas da iniciativa, sendo que neste momento são suportadas em 90% pelos parceiros do Banco Mundial e o governo devia participar com 10%. Este ano, por exemplo, Custódio Nguetana diz que o executivo disponibilizou somente três milhões de meticais.

"A componente disseminação, um dos elementos bases, é muito onerosa. Os nossos relatórios de reconciliação devem ser acessíveis até ao pacato cidadão, sobretudo, nas comunidades onde é desenvolvida a actividade mineira. Os nossos relatórios são muito técnicos e precisamos esmiuçá-los para que possam entendidos", disse.

Persiste falta de transparência

O director executivo da Sekelekane, Tomás Viera Mário, diz que ainda há muito por se fazer no que toca à transparência. Citou o caso da aprovação pelo governo do projecto de LNG na bacia do Rovuma, em Palma, que não foi transparente, por existirem importantes passos de licenciamento que não foram cumpridos sem deixar de lado os benefícios fiscais que até ao momento não foram tornados públicos. Lamentou ainda que se tenha o plano de reassentamento naquele ponto do país, sem, no entanto, divulgar o plano de infra-estruturas que se pretendem erguer. Tomás Viera Mário diz estar preocupado com atribuição de extensos hectares de terra sem que saiba o real objectivo.

Para a investigadora do Centro de Integridade Pública, Fátima Mimbire, apesar de Moçambique ter sido designado país cumpridor do ITIE, a

transparência ainda constitui um grande desafio porque ninguém tem acesso aos relatórios de licenciamento, é desconhecida a composição do corpo de júri e muito menos se sabe como Moçambique obtém acções nas suas participações em diferentes projectos do sector extractivo.

Por seu turno, o Presidente do Conselho Internacional do ITIE, Fredrick Reinfeldt, entende que Moçambique atravessa um momento extremamente delicado, devido à descoberta das dívidas ocultas e seria bom que fosse uma vez mais confirmado como país cumpridor, pois isso pode contribuir no resgate da credibilidade junto dos parceiros, bem como pelas empresas que operam neste sector, que por estas alturas têm hesitado em colocar seus investimentos.

Depois de se ter reunido com o Primeiro Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, apontou que é imperioso que o país embale na rota da divulgação dos accionistas das empresas exploradoras dos recursos minerais, como forma de mostrar o seu comprometimento com a transparência. Referiu ainda que saber quem são pessoas envolvidas nas explorações dos recursos minerais ajudará o país a prevenir casos de corrupção e saudou a publicação do cadastro mineiro, onde se pode encontrar algumas informações básicas sobre as concessões, mas sublinhou que é preciso fazer mais.

Savana
Sociedade
20-01-2017
Págs. 16
1202